

# Cotidiano e história: a curiosa história do telefone em Mato Grosso

Daily life and history: the curious history of the telephone in Mato Grosso

*Lúcia Helena Gaeta Aleixo<sup>1</sup>*

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi compreender a evolução da telefonia dentro de um contexto bem abrangente, tentando perceber que o homem, através do progresso, dinamizou outras fontes de informações, livrando as comunidades não só do isolamento em que até então se encontravam, mas também da circulação mais eficaz e rápida das informações. Por acréscimo, buscamos entender, portanto, a telecomunicação em Mato Grosso dentro do contexto global, analisando as circunstâncias de desenvolvimento nacional que impelem Mato Grosso a adotar o telefone, no seu cotidiano. As conotações folclóricas que daí decorreram nada mais foram do que a assimilação do fato histórico no seu dia-a-dia. Histórias, anedotas, quadrinhas que surgem da iniciativa popular servem para demonstrar a importância que a telefonia assumiu para a sociedade.

**Palavras-chave:** Cotidiano. História do telefone, Comunicação.

**Abstract:** The aim of this study was to understand the evolution of telephony within a broad context, trying to understand that through progress, man has stimulated other sources of information, freeing communities not only from the isolation they had more efficient and faster circulation of information. In addition, we seek to understand, therefore, the telecommunication in Mato Grosso within the global context, analyzing the circumstances of national development that impel Mato Grosso to adopt the telephone, in its daily life. The folkloric connotations that ensued were nothing more than the assimilation of the historical fact in

---

<sup>1</sup> Doutora em História Econômica pela USP/SP, professora aposentada pela Universidade Federal de Mato Grosso. Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do Centro Universitário de Várzea Grande-Univag.

their day-to-day life. Stories, anecdotes, and comics that emerge from the popular initiative serve to demonstrate the importance that telephony has assumed for society.

Keywords: Everyday life. Telephone history., Communication.

## Introdução

Retratar o cotidiano de uma dada sociedade implica em concorrer com inúmeras possibilidades, enveredar por caminhos de investigação que nos surpreendem, fontes que nos motivam a rever nosso olhar sobre aquilo que nos cerca. Centrar a investigação em fotos, publicidades, nas edições de velhos jornais, pinturas, caricaturas, textos ficcionais que nos instigam a desvelar o cotidiano no espaço-tempo em que foram produzidos, enfim, vividos. O objetivo deste artigo é dar ao leitor a possibilidade de rememorar e descobrir a importante contribuição de outras linguagens e de múltiplos caminhos no fazer história.

Assim, ao trabalhar as fontes que me permitiram estabelecer uma interface entre a realidade cotidiana e alguns campos do conhecimento histórico, induziram-me a analisar fontes até então pouco exploradas por mim. Buscar a relação entre história, cotidiano e linguagem na perspectiva de uma construção metodológica que aborda a singularidade das relações primárias existentes no espaço-tempo da vida urbana e dos embates travados pelos sujeitos históricos na construção de uma sociedade em busca da modernidade tão preconizada nos princípios do século XX.

Procuramos compreender a evolução da telefonia dentro de um contexto bem abrangente, tentando perceber que o homem, através do progresso, dinamizou outras fontes de informações, livrando as comunidades não só do isolamento em que até então se encontravam, mas também da circulação mais eficaz e rápida das informações.

Buscamos entender, portanto, a telecomunicação em Mato Grosso dentro do contexto global, analisando as circunstâncias do desenvolvimento nacional que impeliram Mato Grosso a adotar o telefone no seu cotidiano. As conotações folclóricas que daí decorreram, nada mais foram do que a assimilação do fato histórico no seu dia-a-dia. Histórias, anedotas, quadrinhas surgidas da iniciativa popular servem para demonstrar a importância que a telefonia assumiu para a sociedade.

O estranhamento e o assombro diante da extraordinária invenção do telefone aproximou as pessoas e as comunidades, trazendo informação e soluções aos questionamentos em tempo real, inserindo a cidade em um contexto inteiramente novo e dando a sensação de que ela está integrada ao moderno, *é no indivíduo que se assombra, que o interesse desperta* (BENJAMIN, 1985, p. 81) que revigora, apresenta novas perspectivas, permitindo um novo caminhar.

## O telefone em Cuiabá

Simultaneamente à instalação telegráfica, ao norte da região Centro-Oeste, surge em Mato Grosso o meio de comunicação mais rápido e cujo contato com o interlocutor é direto e imediato - o telefone.

O espaço urbano em Cuiabá, nas primeiras décadas do século vinte, estava caracterizado em dois setores: a área central, definida pelos Jardins, Largo da Mandioca, Pratinha, e a área do Porto, denominada Freguesia D. Pedro II, envolvendo principalmente a região de comércio atacadista

Além destas duas áreas localizadas no perímetro urbano, havia ainda duas outras povoações mais isoladas: a do Coxipó da Ponte e a de Várzea Grande.

Com a movimentação da economia mercantil, através da navegação do Rio Cuiabá e Paraguai, as cidades localizadas nas proximidades destes rios presenciaram as transformações decorrentes do desenvolvimento econômico.

As casas comerciais surgem com grande força, adotam uma política instigante com intuito de levar adiante os bons ventos trazidos pelo movimento mercantil.

A área portuária de Cuiabá e Corumbá apresentava modificações substanciais à paisagem urbana. Casarões em andares foram construídos para abrigar as encomendas vindas de outros estados e países. Surgiram casas representantes de bancos estrangeiros, como o Nacional City Bank of New York, do Bank fur Deutschland, do Banco Alemão Transatlântico e outros, com saques telegráficos sobre as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Santos, Bahia,

Montevidéu, Buenos Aires, a exemplo das casas comerciais, de Almeida e Cia., M. Cavassa Filho e Companhia, providenciavam sua própria frota de chatas e navios para transportes de mercadorias (CARDOSO AYALA; F. SIMON, 1914).

A manufatura a vapor tornou-se parte do cotidiano das cidades, surgindo padarias, moinhos para cereais e mandioca, fábrica de gelo e cerveja, e engarrafamento de águas minerais. Firms especializadas na construção civil são fundadas. A fisionomia da cidade se modifica.

A tecnologia evoluiu, trazendo às áreas rurais e urbanas um novo ritmo ao dia-a-dia. Presencia-se o crescimento populacional e, com isso, o alargamento do perímetro urbano.

Foi também instalado um novo sistema de abastecimento de água que captava água do rio Cuiabá, atendendo os bairros mais distantes: Boa-Morte e Lavapés. A população ainda era servida pelas chamadas *borne-fontaine* (pequenas bicas cilíndricas para distribuição pública de água) espalhadas por vários pontos da cidade. (FREITAS, 2001, p. 54).

Em 1909, João Pedro Dias funda, em Cuiabá, a Empresa Telefônica. A concessão da exploração foi outorgada pela Prefeitura Municipal, conforme contrato lavrado aos 17 de fevereiro e publicado pela *Gazeta Oficial* em 4 de março.

A imprensa local divulgou o empreendimento, destacando sua importância e demonstrando o quanto a sociedade mato-grossense estava equiparada aos grandes centros do país. De imediato, as instalações para o funcionamento da Empresa foram providenciadas. Funcionaria com duzentos assinantes, a um preço fixo de tabela mensal.

Comerciantes, profissionais liberais, empresas outras acreditaram no empreendimento e passaram a ser assinantes.

Inicialmente, a Capital de Mato Grosso foi agraciada com vinte e dois aparelhos e vinte linhas, mas logo em seguida foram instalados oitenta e dois aparelhos, de tanto sucesso que a novidade despertou.

No *O Debate*, periódico corrente em Cuiabá, encontramos a seguinte nota:

A empresa Telephonica de Cuiabá pede aos Snrs assinantes o obséquio de acrescentar em suas listas os números e nomes seguintes:

nº 83 Redação do Comércio

nº 84 Dr. Magalhães

nº 85 Dr. Trigo de Loureiro

nº 86 Redação de *O Debate*.

Esperamos receber nestes dias mais setenta aparelhos, o que permitirá à empresa servir com suas linha telephonicas mais 150 assinantes, cujas listas e direção serão publicadas.

Emprezario João Pedro Dias. (O DEBATE, de 26 de setembro de 1912).

Aos poucos a Telephonica foi ganhando credibilidade e novos assinantes foram aderindo à novidade. Naquele mesmo ano o empresário João Pedro Dias providenciou novas instalações para sua companhia. Este fato acabou trazendo sérios transtornos no atendimento ao público, recebendo severas críticas da população, que via falhas no atendimento, como registra a nota de 20 de janeiro de 1912, no *Debate* de número 98:

[...] *há grande irregularidade no serviço prestado pela Empresa Telephonica*. Além de haver pouca atenção dos empregados da central em atender ao tímpano existem ainda aparelhos que não funcionam bem. (O DEBATE, de 20 de janeiro de 1912).

A Central telefônica abrigava uma mesa que era operada manualmente pela telefonista, conforme o número solicitado. Sempre que se pretendia a uma ligação era necessário mover uma manivela e solicitar à telefonista o número desejado. Na verdade, os telefones tinham números, mas ninguém os utilizava. A ligação era completada tendo por base o nome do assinante.

A Empresa Telephonica estendeu os seus serviços também para a vizinha povoação de Várzea Grande, 3º Dis-

trito de Cuiabá, tendo sido inaugurado, em 11 de abril de 1912, o aparelho telefônico na residência do subdelegado do distrito, Sr. Silvério Jorge Silva, fato de significativa importância, pois a Empresa Telephonica, assim, atingia ao outro lado do Rio Cuiabá, demonstrando a real importância deste inovador invento. Convém lembrar que, para chegar a Várzea Grande, era necessário cruzar o rio através da *Barca Pendula* - balsa que transportava passageiros e mercadorias. Esta localidade, aliada à povoação de Coxipó da Ponte, chegou a ter 16 assinantes.

Em 1917, a Rede Telefônica, conforme Relatório do Intendente, apresentado à Câmara Municipal de Cuiabá, em novembro de 1917, possuía 244 aparelhos telefônicos em funcionamento:

Continua prestando mais ou menos bons serviços a população desta Capital, e principalmente ao comércio, a Empresa Telephonica sob a direção do respectivo empresário, cidadão João Pedro Dias.

O número de aparelhos em funcionamento é o seguinte:

Assinaturas particulares.....	228
Grátis ao Estado.....	23
Grátis a Municipalidade.....	3
Grátis a Repartição dos Telégrafos.....	---
Total 244 (CUIABÁ. Relatório, 1917)	

Conforme a Resolução de nº 89, de 1º de dezembro de 1912, a Empresa Telephonica recebia uma subvenção anual de 1:000\$000, enquanto não completasse 250 aparelhos necessários para poder se manter.

A expansão da rede telefônica era continuamente solicitada. O intendente geral Alexandre Magno Addor insistia na necessidade de ligação telefônica nos postos fiscais do Coxipó da Ponte, Passagem da Conceição e do Porto da Barca Pêndulo. Justificava ele que tal ligação facilitaria o serviço do fisco e da “*boa marcha dos negócios*”.

Para a expansão das linhas, a municipalidade auxiliou com alguns recursos, como, por exemplo, na das linhas de Coxipó da Ponte e Várzea Grande, ao investir a importância de 2:000\$000. Quando ocorriam determinadas irregularidades no atendimento, a Intendência sugeria a suspensão da subvenção concedida à Empresa, pela Câmara. É bem verdade que a Intendência possuía 5 aparelhos telefônicos que lhes eram concedidos a título de usufruto, em contrapartida à subvenção concedida. Parece, no entanto, que a ameaça de suspensão dos recursos nunca foi levada a termo.

Os serviços da companhia foram pouco a pouco se expandindo, mas nunca ultrapassando o limite estabelecido pela Resolução de nº 89.

O Mapa de Movimento de Telefone, publicado em 1925 pelo Correio do Estado, em 18 de abril, apontava que de janeiro a outubro foram colocados na cidade de Cuiabá 30 novos aparelhos e foram retirados 22 deles.

Verificando-se com maior atenção os dados acima, nota-se que houve no período a instalação de 8 novos aparelhos. Percebe-se ainda que a expansão só poderia ocorrer após a desistência de antigos assinantes. Na verdade, a maior dificuldade encontrada para o aumento e expansão era, sem dúvida, a importação dos novos aparelhos, que, além de caros, não eram encontrados com facilidade no mercado nacional. Estes fatos obrigaram o empresário João Dias a vender sua Empresa, adquirida por novo concessionário, o senhor Caetano Zappa, no ano de 1924.

A Empresa, que contava com 249 aparelhos instalados, comprometia-se a regularizar o sistema telefônico em Cuiabá. Assim, a municipalidade aprovou a Resolução estabelecendo que a Empresa deveria:

1. fornecer 12 assinaturas gratuitas às repartições públicas (Secretaria do Interior, Secretaria da Agricultura, Intendência Municipal, Diretoria do Expediente, Chefatura de Polícia, Tesouro do Estado, Palácio da Instrução, Intendente Geral, Presidente



da Câmara, Mercados do 1º e 2º Distritos e Cemitério do 1º Distrito);

2. Manter, na sua estação, um serviço de informações e seus assinantes, no que dizia respeito e residências, rede de agências, escritórios, casas comerciais, farmácias, hotéis e repartições públicas, a movimentos dos portos da Capital e Corumbá, aos preços dos gêneros de primeira necessidade e à hora legal.

Caberia à Municipalidade:

punir a Empresa com multa de 100\$000 pela demora de remoção de defeitos, por postes que não fossem consertados no prazo de 48 horas da intimação da Municipalidade, pela falta de isoladores e falta de pintura nos postes do perímetro urbano;

após o vencimento do prazo de concessão toda a rede telefônica e seu material de instalação e aparelhos passariam a pertencer à municipalidade, e no caso do não cumprimento das exigências contidas na Resolução 249, o concessionário ficava sujeito a uma multa de dois contos de réis;

conceder 15 anos para a exploração do serviço telefônico. (CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ. Resolução nº 249, de 31 de dezembro de 1925).

De primeiro de julho de 1924 até novembro de 1926, o empresário Caetano Zappa aumentou o número de instalações telefônicas para 261, realizando 24 instalações e retirando 22 telefones. Fez reparos nas linhas, substituiu 126 postes por outros novos de aroeira lavrada, renovou a fração da rede dos trechos compreendidos entre a Estação Central, estabelecida na rua 13 de Junho, nº 20, e o Porto, denominado 2º Distrito, a Travessa Generoso Ponce, e nas ruas Barão de Melgaço e Cândido Mariano. Estes reparos chegaram a atingir a povoação de Coxipó da Ponte.

Tais melhoramentos visavam a dar maior credibilidade à empresa, que nos últimos anos fora alvo de numerosas reclamações por parte de seus assinantes, pela precariedade do atendimento. A própria municipalidade, em seus relatórios anuais, vinha ameaçando retirar a subvenção, devido ao mau atendimento.

O novo concessionário se esmerou em dar continuidade ao atendimento público, procurou proporcionar treinamento adequado às telefonistas, reformou a sede central, manteve uma equipe para reparos nas linhas e substituiu os aparelhos danificados por novos.

Em ofício encaminhado ao intendente Municipal, Caetano Zappa assim se referia sobre suas funcionárias;

[...] o serviço de ligação continua a cargo de senhoritas diligentes e atenciosas que muito se esmeram em bem servir o público, tornando-se por isso operárias eficazes para o aperfeiçoamento que esta Empresa pretende realizar em todos os seus serviços [...] (ZAPPA, Caetano. Ofício ao Intendente Municipal, Cuiabá, 30/10/1926).

Para executar estes melhoramentos, a Empresa Telephonica solicitou da Intendência Municipal autorização para aumentar o preço das mensalidades cobradas aos seus assinantes que, de 10\$000 mensais, passaria para 15\$000, diferença que seria adiantada trimestralmente. Vale ressaltar que o valor de 10\$000 vigorou por 12 anos.

Caetano Zappa, na sua justificativa, ponderava que, em 1913, um aparelho telefônico custava 80\$000, e que em 1925, data da petição, o aparelho valia 400\$000, e uma roda de arame 120\$000. Tais argumentos, aliados aos preços de diversas mercadorias encontradas na praça foram suficientes para convencer a Municipalidade, conforme se pode verificar através do jornal *Republicano*, de 12 de dezembro de 1925.

Durante 11 anos, Caetano Zappa foi responsável pelo serviço telefônico da Capital e povoações vizinhas. Com seu

falecimento, sua esposa assumiu o comando da empresa. As dificuldades por ela enfrentadas foram inúmeras. Em 1935, o serviço foi transferido para os senhores Lotuffo e Irmãos. Após certo período de utilização dos antigos telefones ainda pertencentes à primeira companhia telefônica, na década de cinquenta, foi introduzido em Cuiabá o telefone a magneto, ligados à central por um fio. Na caixa do aparelho havia uma manivela que o usuário movia para chamar a telefonista na central. Era a telefonista, então quem fazia a ligação. Quando queria encerrar o telefonema, o assinante movia a manivela em sentido contrário. Dessa forma, a telefonista recebia o sinal de desligar.

Durante os 19 anos que Lotuffo e Irmãos dirigiram a Empresa Telephonica de Cuiabá pouco dela se falou na imprensa. Informações recolhidas através de entrevistas às pessoas que viveram no período demonstram que o serviço telefônico era muito limitado e que pouco expandiu, sendo a conservação nas linhas e aparelhos muito irregular e o custo se revelara excessivo. As características da cidade de Cuiabá transformaram o serviço em algo pouco significativo.

O espaço urbano limitado a algumas ruas centrais com serviço de bondes para a área do Porto, e ônibus para o Bosque, aliado às dificuldades nas ligações e os telefones constantemente com defeito refletiam a situação de estagnação econômica pela qual estava passando a capital de Mato Grosso. Naquele momento verificam-se nos jornais, constantes reclamações da população quanto ao serviço de abastecimento de água e de luz da Capital.

A Segunda Guerra Mundial havia produzido uma completa paralisia nos avanços tecnológicos e nas importações. Em 1947, o Decreto-Lei de n. 842, de 19 de março, estabeleceu novas regras para as concessões de construção e exploração de redes telefônicas de caráter urbano, suburbano e interurbano, favorecendo todo Mato Grosso.

Seu parágrafo primeiro definia que toda concessão referente ao serviço telefônico seria conferida e autorizada pelo governo do Estado e pela municipalidade.

Será este decreto responsável pela criação da Teleoeste que, por sua vez, congregava as companhias particulares de telefonia responsáveis pela exploração dos serviços em Cuiabá, Campo Grande e Corumbá.

## O telefone em Corumbá

Após a instalação da Empresa Telephonica de Cuiabá, outras cidades de Mato Grosso seguiram a iniciativa do empresário pioneiro João Pedro Dias.

Corumbá foi a segunda cidade de Mato Grosso a se preocupar com a comunicação por telefone urbano.

A primeira notícia que recuperamos a propósito da Empresa Telefônica corumbaense está publicada na seção de telegramas do jornal de Cuiabá *O Commercio*, com o texto de seguinte teor:

Começaram a fazer na cidade de Corumbá as instalações telephonicas, subindo já a mais de cem o número de assinante.

O empresario, sr. Leoncio Nery, nos informou ter pedido nova remessa de aparelhos e huma elegante torre de ferro para a Central Telephonica. (JORNAL O COMMERCIO, Corumbá, 04/07/1911).

No relatório da Prefeitura Municipal de Corumbá encontram-se a indicação de que, já a 30 de agosto de 1909, haviam sido feitos os primeiros contatos para a instalação de rede telefônica naquela cidade.

Como o Porto de Corumbá era praça de comércio mais importante do início do século XX, Corumbá não poderia deixar de acompanhar o desenvolvimento econômico do Estado.

Contava, em 1914, com uma população aproximada de 15.000 habitantes, abrigando o porto fluvial mais relevante do Rio Paraguai em Mato Grosso. Responsável pelo escoamento da produção e recepção dos produtos importados através da Bacia do Prata, esta cidade, de traçado regular, conseguiu movimentar a atividade mercantil, mato-grossense nas primeiras décadas do século vinte.

Somente como ilustração, transcrevemos aqui o movimento fluvial relativo ao ano de 1912:

Navegação de longo curso (entradas somente)

total  
142 vapores com 15.255 toneladas de registro

Procedência:

10 navios do Brasil  
18 navios Argentinos  
15 navios Uruguaios.

Navegação interna

Um total de 264 embarcações com 2.438 toneladas de carga sendo procedentes de

Cuiabá 97; Miranda 41; Descalvados 1; São João 4; Cáceres 34; Porto Esperança 21; Castello 3; Manga 3; Aquidauana 42; Coxim 15; e Barra do Bugres 3. (A REAÇÃO, Cuiabá, 18/10/1914).

Possuindo casas comerciais de renome nacional, responsáveis pela exportação do açúcar, erva-mate, couro, ipecacuanha, e borracha, Corumbá recebeu os benefícios do progresso.

Em 1914, a ligação telefônica da cidade já era feita através de cabos subterrâneos. A central telefônica possuía, então, mesas comutadoras, uma com 200 e outra com capacidade para 100 linhas. Eram elas de fabricação alemã da firma Mix e Genesl, de sistema automático, onde as chamadas eram indicadas por bandeirinhas amarelas ao lado do número correspondente a cada assinante. O operador destas mesas, através do sinal, completava a ligação. Conforme anúncio colhido nos jornais do período: “[...] este sistema tem grande vantagem de não só o assinante ser atendido com grande presteza, como também de sua palestra não ser ouvida por terceira pessoa”. (A REAÇÃO, Cuiabá, 18/10/1914)

A concessão do serviço de telefonia da cidade de Corumbá foi estipulado em contrato assinado aos 30 de dezembro de 1913, pelo empresário Artur Josetti.

Ficou estabelecido, na Resolução nº 25 deste mesmo ano, que o referido privilégio teria prazo de 40 anos, contados a partir de 30 de agosto de 1909.

O contratante do serviço telefônico, Sr. Artur Josetti, era um dos proprietários da firma de importação e exportação Josetti e Cia., instalada em Corumbá desde 1909, e responsável pela exportação de borracha, ipecacuanha, penas de graça, peles, madeiras e cereais.

Possuía esta firma estoque de produtos importados, desde louças a máquinas para a indústria naval. Tal estabelecimento detinha, portanto, condições para diversificação de suas atividades, atirando-se ao ramo da comunicação.

A expansão da rede telefônica não demorou a chegar. Em 1912, iniciaram-se os trabalhos para a instalação de linha até a povoação portuária de Ladário. Neste mesmo ano, a Empresa Telefônica providenciou a expansão da linha para o sítio de Urucum onde, à época, funcionava uma enfermaria militar provisória, utilizada pela sociedade corumbaense como estância de veraneio.

Com o surto de progresso proveniente da atividade mercantil, a Empresa Telefônica de Josetti e Cia. manteve sua atividade por quase 25 anos. Durante este espaço de tempo, o empresário arrendou, por duas vezes, o serviço telefônico, uma vez que sua firma havia encerrado suas atividades comerciais em Corumbá.

O assinante passou a reclamar do mau estado de conservação e funcionamento da empresa, através da imprensa local, a tal ponto que, em 1938, o prefeito de Corumbá, Estevão Augusto Silva, autorizou o Sindicato Condor Ltda., empresa de aviação, a instalar uma rede particular de telefonia, ligando o hangar desta firma aos seus escritórios na área central da cidade. Com o falecimento de Artur Josetti, sua esposa assumiu a direção da empresa. Diante da precariedade de funcionamento dos serviços telefôni-

cos, a prefeitura adquiriu o material e encampou a rede. Somente na década de 1960 é que Corumbá passou a ter um serviço telefônico mais eficiente, com a instalação da rede automática e interurbana, pertencente à Cia Telefônica Corumbaense, que foi incorporada à Telemat em 23 de outubro de 1973.

## O telefone em Campo Grande

Data de 1918 a notícia que se tem sobre o iniciante serviço telefônico em Campo Grande, quando negócios e números de telefone passaram a ser anunciados pelo jornal *Correio do Sul*, coincidindo com a elevação de Campo Grande à condição de cidade. Transcrevemos o teor da publicidade:

Lenha Castello Aroeira

Para fogões econômicos e comuns, vende-se por metro cúbico e entrega-se a domicílio. Os pedidos deverão ser feitos a Antônio Surubeler, à Rua D. Aquino, ou pelo telefone 99. (CORREIO DO SUL, Campo Grande, 1918).

O Album Graphico do Estado de Mato Grosso, em 1914, caracterizava a cidade de Campo Grande como pequeno núcleo habitacional, com 5.000 habitantes, aproximadamente, e 200 casas comerciais, compreendendo armazéns, mercearias, cafés e tabernas. O município possuía 80 engenhos de cana-de-açúcar, 2 serrarias, uma movida a água e outra a vapor, e pouco mais de 12 olarias.

O destaque econômico deste município foi sempre a pecuária. Em 1914, possuía 500.000 cabeças de gado e 100.000 cabeças de cavalos. A riqueza econômica estava, portanto, centralizada na criação de gado e na exploração dos subprodutos derivados desta atividade, como couro e charque.

Com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, iniciada em 1903, a área do sul de Mato Grosso passou a ter grande perspectiva no seu desenvolvimento econômico. Com via de acesso para a cidade de Bauru, em São Paulo, a ferrovia se apresentou como fator de fundamental

importância para viabilizar o escoamento da produção. A ocupação que se processou ao longo do leito da estrada de ferro e o desenvolvimento de núcleos urbanos, como Campo Grande, Aquidauana, Miranda e Corumbá, se deu a partir da efetivação da ferrovia, visto que a economia da região, até então, estava extremamente voltada para a zona rural, porém, com a abertura da via férrea o centro das transações comerciais passou a se situar nos centros urbanos.

Campo Grande, pouco a pouco, foi conseguindo aumentar sua população e a cidade foi assumindo novo aspecto. Após a década de 1930, ela passou a assimilar uma série de melhorias. Em 1922 inaugurou o serviço de Telégrafo Nacional, como meio de comunicação indispensável para ligação com outros centros do país.

Neste período, o sistema de telefonia urbana já funcionava e a população ansiava pela ligação com as cidades vizinhas.

O periódico *Correio do Sul* registrava a necessidade de construção de uma linha telefônica que ligasse a cidade de Campo Grande a Entre Rios. O grande responsável pela petição era o Sr. Jaime Burr, superintendente do saladeiro Brasil Land Castel. Prometia ele, para que tal fato se concretizasse, agradecer a Companhia Telefônica com a quantia de cinco mil contos de réis. Na mesma nota havia queixas quanto à eficiência do serviço telefônico local, chegando o editor a dizer que:

[...] o modo irregular como o concessionário explora este serviço torna o uso do telefone entre nós supérfluo, luxuoso, e, até certo ponto terapêutico, destinado a exercícios de paciência e paliativos contra a neurastenia. (CORREIO DO SUL, Campo Grande n. 186, 13/03/1920).

Acreditava-se ser impossível prever uma melhoria neste serviço, pois, conforme se admitia, faltava ao concessionário recurso financeiro suficiente para tanto. Pensava-se na revogação da concessão e no oferecimento dela a um novo empresário, capaz e com condições financeiras para levar o empreendimento a contento.



O interesse despertado pela ligação de Campo Grande a Entre Rios se justificava pelo fato de as duas cidades poder, tanto concretizar negócios como ter o pronto atendimento médico, por meio do telefone:

[...] o serviço telephônico em estado rudimentar dispendo de limitadíssimo número de aparelho em grande parte defeituosos ou simplesmente colocados e distribuídos numa cidade pouco extensa de ruas em número apenas começado, de modo a ser de utilidade suntuária que *necessitaria, o serviço telephônico de Campo Grande está entretanto, favorecido de um privilégio não só incompatível com o adiantamento de nosso município.* (CORREIO DO SUL, Campo Grande, 3/04/1920).

Esta justificativa era dada levando-se em consideração a necessidade mais imediata da região de Entre Rios. Além disso, procurava-se a melhoria do serviço telefônico com a troca de concessionário, acreditando-se que o novo empresário conduziria a empresa de telefonia de maneira mais eficiente, tanto pelo capital que possuía como pelo dinamismo apresentado ao dirigir a Brasil Land Castle.

A cidade de Campo Grande, no entanto, ainda em início de formação, pouco exigia da empresa concessionária, por ser ela ainda de pequeno porte, e os negócios serem em sua maioria realizados pessoalmente, dispensando o contato a distância.

A imprensa local divulgava em suas páginas o preço de produtos a serem colocados à venda, bem como as informações necessárias para a movimentação do comércio local. Isto simplificava mais ainda o sistema de comunicação, facilitando as transações comerciais e exigindo pouco do sistema urbano de telefonia.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil representava muito para a economia de Campo Grande, tanto assim que, em 1926 os moradores, comerciantes e a intendência municipal solicitavam urgência da empresa telefônica na instalação de um aparelho na estação férrea de Jaraguari, mas, pelo que parece, não conseguiram sensibilizar os empresários

responsáveis. Foi necessária uma ação conjunta da municipalidade e dos habitantes de Jaraguari, conforme pode ser verificado no Relatório da Intendência Municipal de 1925:

[...] para a execução dos serviços os habitantes de Jaraguari concorreram com quotas em partes proporcionais e diversas, afim de que fossem adquiridos postes. Porém a despesa atingiu a Rs 4:428\$500 e o pagamento dessa importância ficou assim distribuída: pelos moradores de Jaraguari 3:050\$000, pela intendência municipal 1:289\$000, pelos srs Thomé e Irmãos 89\$000. Total 4:428\$500.... o aparelho colocado da marca Kellog adquirido pela quantia de 318\$000. (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, Cuiabá apresentado pelo Intendente Antonio Manuel Moreira, Cuiabá. para o ano de 1925).

Em comparação com os telefones colocados em Cuiabá no mesmo período, pela Empresa de Caetano Zappa, o valor de 318\$ 000 representava soma bem menor, cerca de 92\$000 mais barato.

No entanto, considerando o preço dos gêneros de primeira necessidade comercializados na praça de Campo Grande, o telefone era, sem dúvida, um luxo, pois seu valor extrapolava a renda média de uma família abastada. Além disso, o preço dos transportes que circulavam em Campo Grande, em 1928, desestimulavam o uso do telefone, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

Carros de praça circulando da 6 às 18 horas:	
- cada hora.....	12\$000
- mais de 1 hora.....	3\$000
Período Noturno:	
- da estação para qualquer ponto da cidade.....	5\$000
- até à estação da estrada de ferro ida e volta.....	4\$000
- Carro para Carreto	
- carga completa.....	12\$000
- meia carga.....	6\$000

Fora da Cidade

- Carga completa..... 16\$000

- Meia Carga..... 8\$000

(JORNAL DO COMÉRCIO, Campo Grande, 9/06/1028)

Com o aumento da população e a movimentação comercial da cidade de Campo Grande, vários melhoramentos começaram a surgir. Em 1928, a municipalidade providenciava o calçamento, a arborização e o melhoramento dos logradouros públicos, E as Centrais Elétricas de Mato Grosso supriam a cidade com melhor iluminação pública, sendo que a população foi agraciada com a Companhia Cinematográfica, com salas do Cine Ideal, para projeções nos sábados, e a Parisiense, funcionando nos domingos, além do já existente Trianon Cine de Correa e Neder.

Em 1925 foi instalado, na sede do Radio Club, um aparelho de radiotelegrafia para comunicação com outras áreas de Mato Grosso.

Em 1929, o Jornal do Commercio n°. 704, na página 2 anunciava:

Faculdade Mato-Grossense de Odontologia.

Será fundada brevemente nesta cidade uma escola dentaria reconhecida como oficialmente com a denominação acima. O Prof. Agostinho Santos, Rua 14 de julho n°. 27, dará aos interessados informações de admissão à matrícula na Faculdade e sobre a maneira pela qual os dentistas práticos podem legalizar o seu exercício de profissão. (JORNAL DO COMMERCIO, Campo Grande, 14/07/1929).

Isto demonstra quanto a cidade de Campo Grande assumiu, no sul do Estado, a função de centro cultural. Até 1930 circulavam na cidade os seguintes periódicos: *O Estado de Mato Grosso* (1913), *O Correio do Sul* (1917), *Ruy Barbosa* (1919), *Jornal do Commercio* (1924), *O Diário do Sul* (1929), *O Imparcial* (1930). Aliados do telégrafo, da mala postal, da radiotelegrafia e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, colaboravam com a comunicação na porção sul de Mato Grosso.

A 18 de setembro de 1942, vencido o prazo de concessão do serviço telefônico, cujo concessionário era o Sr. Inácio Gomes, a prefeitura de Campo Grande assumiu todo o acervo que se encontrava em péssimo estado de conservação, conforme relata o engenheiro chefe da seção de obras da municipalidade, em ofício encaminhado ao intendente:

[...] A rede, com 205.000 metros de fios e 476 postes, a mesa de ligação da marca Kellog para 186 aparelhos e 31 telefones de diversas marcas, era o material de maior vulto, que representava esse acervo de velharia. (OFICIO DATADO DE 18 DE SETEMBRO, Campo Grande 18/7/ 1942)

Como não era possível substituir todo material, pela dificuldade de importação, no momento em que o mundo atravessava a Segunda Guerra Mundial, foi feita sua recuperação. Substituíram-se os postes danificados, repararam-se as mesas do centro de ligação, adicionaram-se 20 novos números. O crescimento da cidade exigia semelhante ação, pois a própria Intendência reconhecia que, devido à extensão do perímetro urbano e a não ampliação dos meios de transporte, tornava-se necessário dotar a cidade de uma rede eficiente de telefone, para melhoria dos meios de comunicação.

Percebe-se, a partir destas afirmações contidas no Relatório da Intendência Municipal de 1942, que até aquele período Campo Grande possuía aproximadamente 200 telefones, sendo seu funcionamento bastante precário.

A partir de 1943, a municipalidade se predispôs a assumir o serviço telefônico urbano de Campo Grande.

A conservação da rede telefônica passou a ser, então, consignada no orçamento do Município, favorecendo a população com a melhoria do serviço. No exercício de 1945, a Intendência reservou o recurso de Cr\$ 2.168,00 para o aluguel de uma casa para o Centro Telefônico, e de Cr\$ 2.000,00 para a conservação da rede. Neste ano o serviço telefônico recebeu Cr\$ 12.000,00 para manutenção, com Cr\$1.000,00 para pessoal variável, Cr\$ 2.000,00 para ma-

terial permanente e para despesas diversas, num total de Cr\$ 19.160,00. Em contrapartida, um ano após a Empresa Telefônica ter passado para a direção da Municipalidade, o investimento foi o mesmo do ano de 1944, Cr\$ 30.000,00, praticamente o mesmo valor do ano de 1948, conforme podemos verificar abaixo:

Serviço Telefônico.  
 Pessoal variável  
 Extra numerários, mensalidades e diaristas..  
 20.400,00  
 Material Permanente:  
 Máquinas e aparelhos.....  
 5.000,00  
 Material de Consumo:  
 Expedientes impressos.....  
 2.000,00  
 Despesas diversas:  
 a) aluguel de uma casa para a Centro Telefônico  
 2.700,00  
 b) conservação da rede 3.000,00  
 Total 33.100,00.

(RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, Campo Grande, 1942)  
 Se fizermos uma comparação com outros serviços municipais, como os serviço de Iluminação Pública, verifica-se que a municipalidade investiu 5 vezes mais neste último:

1945 -110.000;  
 1947 -150.000,00;  
 1948- 180.000,00.

(RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL,  
 Campo Grande, 1948).

Entendemos que, sem dúvida, os valores são proporcionais ao tipo de serviços prestados à coletividade, pois, enquanto o telefone atendia poucos usuários, o serviço de iluminação pública pretendia atingir toda a população.

O Decreto Lei estadual n. 842, que dava ao município a prerrogativa de fornecer concessões do serviço telefônico, já encontrou em Campo Grande a municipalidade explorando o referido serviço.

## O telefone em Três Lagoas

O serviço urbano de telefonia aos poucos foram surgindo em outros municípios mato-grossenses, durante a década de 1920.

Em 1925, a Intendência da cidade de Três Lagoas publicava no seu periódico *A Notícia*, na edição do mês de janeiro, de nº 100, um Edital de Concorrência para a concessão do serviço telefônico naquele município.

É interessante destacar que, para encaminhar a proposta, o interessado deveria depositar, na Tesouraria Municipal, a quantia provisória de 500\$ (quinhentos mil réis) em dinheiro, ou caução equivalente em Títulos de Dívida Pública Federal ou Estadual.

Após a publicação, por duas vezes, do edital de concorrência para a criação do serviço telefônico, o Intendente municipal resolveu conceder sua exploração à firma Henrique e Cia. Ltda.. Esta companhia foi a única que se apresentou como interessada à instalação de Empresa telefônica de Três Lagoas.

Como consta do próprio Edital, o concessionário teria:

[...] o privilégio exclusivo por vinte e cinco anos para a exploração do serviço telephónico da cidade e seu município:- o concessionário, Empreza ou Companhia que organizar terá as seguintes obrigações;

- iniciar o serviço trinta dias após a assinatura do contrato e termina-lo dentro de 120 dias;

- atender os pedidos de instalação que lhe foram feitos, satisfeitos os ônus ou direitos;

- iniciar os serviços com uma mesa de 100 telefones;

- atender os pedidos de ligação que forem feitas das seis as vinte horas pelo menos;

- fornecer gratuitamente instalados, um aparelho à Intendência e outro ao hospital de caridade tão logo este comece a funcionar. (A NOTICÍA,Três Lagoas, n. 100, 1925).

Além das obrigações, o concessionário teria os direitos abaixo relacionados:

[...] a isenção de quaisquer impostos municipais que se relacione com o objeto da concessão;

- colocar postes e linhas onde for necessário dentro do município, com plano aprovado pela Intendência;

- cobrar preços dos aparelhos e suas instalações de acordo com os pretendentes; 100\$(cem mil réis) de depósito de garantia de cada aparelho instalado e alugado e as taxas mensais por aparelho à razão de rs 20\$ na zona urbana e rs25\$ na suburbana e rs35\$ na zona rural, enquanto o número de aparelhos for até 50 e 17\$,20\$ e 30\$ quando for entre 5º e 100; e 12\$,17\$ e 25\$ quando superior a 100; e 1\$ para cada recado recebido ou expedido para pessoa não assinante; -desligar os aparelhos dos assinantes que não pagarem mensalmente as assinaturas;

- transferir este contrato a terceiros;

- preferência em igualdade de condições findo o prazo do contrato para continuar a explorar o serviço independente da concorrência. (A NOTICÍA,Três Lagoas, n. 100).

O telefone, além de representar uma comodidade, sugeria investimento, pois, confrontando com o valor do aluguel de uma residência média no período, pode-se considerar elevado o preço de uma instalação e uso do aparelho.

O uso ficava restrito às necessidades dos estabelecimentos comerciais e consultórios. Alguns poucos particulares podiam usufruir do conforto propiciado pelo telefone, motivo pelo qual a Intendência se preocupava em expandir as instalações, estabelecendo taxas mais baixas á medida em que aumentasse o número de aparelhos utilizados. Se compararmos o preço da assinatura telefônica com o da então Capital do estado, Cuiabá, neste mesmo período nota-se que o valor estipulado pelo edital do Intendente de

Três Lagos era ainda razoável. O jornal *A Notícia*, de Três Lagoas, apregoava o valor utilitário do telefone assim se expressando:

Em Três Lagoas, onde há grande falta de empregados para donas de casa, o telefone vem facilitar as compras diárias dessas pequenas cousas, que são tão pequenas mas indispensáveis; para o fazendeiro o telefone vem permitir economia de viagens e de tempo, vem permitir o socorro pronto e medicina imediata a uma doença súbita como se diz, negócios feitos da rede; para o commercio, para as profissões liberais, e para todos, enfim o telephone é simplificação da vida. (A NOTÍCIA. Três Lagoas, 23/04/ 1925).

### O Telefone em Ponta Porã

Em 29 de julho de 1927 também a cidade de Ponta Porã inaugurou o serviço urbano de telefonia. A iniciativa partiu do eletricista Demétrio Petropulos, estabelecido na cidade. Apresentou, em abril de 1927, uma proposta a Câmara Municipal desta cidade, onde solicitava;

- isenção de imposto;
- concessão por 30 anos para a exploração do serviço.

Neste contrato, ficaram, ainda, estabelecidos os valores das mensalidades, assim definidas: 20\$000, inicialmente. Quando o número de aparelhos instalados ultrapassasse a cem, a mensalidade cairia para 15\$000 e, após o número de duzentos aparelhos instalados, o valor seria de 10\$000. A Intendência viu por bem alterar somente o prazo de concessão, que passou para 20 anos.

Conforme anotações encontradas no jornal *O Progresso*, a inauguração do serviço telefônico foi um grande acontecimento social:

[...] está em pleno funcionamento o telefone, cujo serviço foi inaugurado a 2 de julho no Hotel Brasil, onde se acha instalado o centro, compareceram as nossas autoridades e variadas pessoas de nossa



sociedade, cabendo ao Dr. Arnóbio de Miranda dar por inaugurado o serviço. Foram servidas bebidas aos presentes tendo sido tiradas inúmeras fotografias das pessoas presentes. (O PROGRESSO, Ponta Porã, 10/07/1927).

Esta empresa se propunha servir ainda uma área estabelecida fora do perímetro urbano, mediante a cobrança de taxas extras, de acordo com a distância a ser percorrida pelos fios e postes necessários para a instalação.

Os municípios mato-grossenses aos poucos foram aderindo à implantação deste meio de comunicação. As atividades comerciais impeliram a adoção do telefone, tanto pelo surto econômico do período como pela necessidade de mais conforto e presteza na realização de negócios.

### Da Teleoeste à Telemat

A melhoria no serviço de telefonia tornara uma aspiração da população mato-grossense, e quem encabeçava era a Associação Comercial de Cuiabá. Em 1953, surgiu um movimento para a instalação, na Capital, dos telefones automáticos. Mais ainda: o objetivo era a criação da Companhia Telefônica Cuiabana, mais tarde associada à Teleoeste - Telefônica do Oeste do Brasil. Este fato se concretizou aos 12 de agosto de 1954, quando foi organizada a COMPANHIA TELEFÔNICA CUIABANA, uma sociedade anônima que adquiriu o acervo da antiga Empresa Telephonica de Cuiabá, então pertencente a Lotuffo e Irmãos, pelo valor de Cr\$ 270.000,00 e mais Cr\$ 60.000,00 pelo material sobressalente. Foi lavrada na presença de seus acionistas a ata de criação da COMPANHIA TELEFÔNICA CUIABANA, na Associação Comercial de Cuiabá, no dia 11 de julho de 1953.

O seu capital inicial era de Cr\$ 5.000.0000,00 representado por mil ações nominais de Cr\$ 5.000,00, subscritas entre 618 acionistas.

Interessante destacar que, em Pernambuco, o *Jornal do Comercio*, de 3 de dezembro de 1927, anunciava a instalação

de telefones automáticos na cidade do Recife, melhoramento este que só atingiu a nossa capital após 26 anos.

Optar pelo telefone automático em Cuiabá foi obra de grande significado, uma vez que o evento solucionava os problemas de comunicação que afligiam os moradores da capital.

Para a instalação do serviço de telefones automáticos, foi necessária uma modernização na rede, com o assentamento de cabos subterrâneos.

Em Cuiabá, este serviço só foi inaugurado em 1958. Para tanto, foi necessário que a Companhia Telefônica de Cuiabá solicitasse do governo federal a isenção de impostos e taxas sobre materiais importados, necessários para a instalação de 500 aparelhos. Em 1961, a Companhia iniciava uma campanha para expandir o serviço com a compra de mais 500 aparelhos automáticos. As demais cidades do Estado introduziram também o processo de automação. Em 1960, a população de Corumbá procurava aparelhar a cidade com telefones automáticos e com o serviço interurbano. A *Revista Brasil-Oeste*, de nov/dez de 1960, trouxe a seguinte notícia:

[...] os telefones não funcionam e fazem muita falta numa cidade de 30.000 habitantes. Parece que a Ericsson vai aparelhar toda cidade (toda a rede). Se isso for feito Corumbá terá como Campo Grande um dos serviços mais perfeitos do país. De modo geral Corumbá está isolada de comunicações rápidas e dependendo do exército, marinha e radioamadores. (BRASIL-OESTE, nov/dez, 1960).

Em 1963, as aspirações da população se concretizaram com a instalação do serviço interurbano, com a cooperação da Companhia Telefônica Corumbaense, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e da Ericsson do Brasil. Corumbá se livrava do isolamento, podendo contar com comunicações rápidas com o restante do país, funcionando inicialmente com 700 aparelhos e 100 linhas.

A justa reivindicação veio bem na hora, principalmente pelo fato de as constantes reclamações contra o serviço dos

Correios e Telégrafos tornaram-se mais constantes. Conforme levantamentos feitos em 1956, uma carta simples demorava, pelo menos, 20 dias para atingir seu destinatário. Com o serviço interurbano e as comunicações se tornaram mais rápidas e eficientes.

Segundo o IBGE, em 1962 o Brasil alcançava a cota de um milhão de aparelhos telefônicos instalados. Cerca de um aparelho para setenta brasileiros, situação que, na América Latina, o Brasil estava em desvantagem apenas em relação a Argentina, onde um aparelho servia a vinte cinco habitantes.

A *Revista Brasil-Oeste* estampava, no seu número 10, a seguinte nota:

[...] a 20 de agosto de 1957 será inaugurado o serviço telefônico em Campo-Grande. A Companhia Telefônica de Campo-Grande apresentará além de um serviço telefônico (Ericsson) seu edifício moderníssimo e majestoso com capacidade para 1.000 linhas. (BRASIL-OESTE, 1957).

A princípio, a Companhia colocou em funcionamento 1.300 aparelhos automáticos. Em 1959, já se previa plano de expansão para mais 100 aparelhos.

As notícias que os jornais transmitiam sobre a rede interurbana indicavam que o serviço representava avanço considerável no sistema de comunicação do Estado.

A demora para completar a ligação, o som meio difuso e com algumas interferências, nada disso seria relevante, pois, a partir da implementação do serviço de telefonia interurbana a comunicação com outros Estados passaria a ser feita praticamente com poucas horas de atraso.

Enquanto Corumbá possuía telefone interurbano, Cuiabá lutava para expandir o serviço de telefone automático para a cidade de Várzea Grande, e instalação do serviço interurbano na Capital.

A Companhia Telefônica Cuiabana, em 1964, ampliou as instalações de sua rede. A *Tribuna Liberal*, de 29 de novembro de 1964, trazia a seguinte notícia:

Está sendo construída em terreno contíguo a sede da Companhia Telefônica Cuiabana, que anteriormente pertencia ao Conselho Regional de Contabilidade, um anexo às dependências desta Companhia.

Devido ao crescimento da CTC as atuais instalações ficaram insuficientes para permitir um crescimento coordenado e racional, assim sendo a construção servirá para suprir essa deficiência de espaço. (TRIBUNA LIBERAL. Cuiabá, 29/11/1964).

O deputado Ubaldo Monteiro, em 1964, buscava, através de 100 assinaturas levantadas entre a população de Várzea Grande, levar a este município a instalação automática. Este melhoramento vinha associado ao desenvolvimento do município que, já abrigando o aeroporto internacional, procurava, através da construção de uma central telefônica com capacidade para 500 aparelhos, expandir o serviço da então Cia. Telefônica Cuiabana, em benefício da população várzea-grandense.

Em 1965, a Companhia Telefônica Cuiabana comunicava aos inscritos a compra dos telefones automáticos para Várzea Grande, que os contratos seriam de autofinanciamento e que o serviço seria colocado em funcionamento na maior brevidade de tempo possível.

A expansão telefônica, como não poderia deixar de ser, veio acompanhada das deficiências quanto ao atendimento, principalmente pelo fato de que a expansão ia se processando aos poucos. Diante disso, aconteceram constantes reclamações dos usuários, registradas pela imprensa local. Em 1965, a *Tribuna Liberal* publicava, no dia 15 de agosto, a seguinte queixa:

Com a Telefônica

Os aparelhos telefônicos bateria centrada continuam sendo o grande inimigo do conceito da Cia. Telefônica. Até o presente momento não ouvimos uma única pessoa falar bem desses aparelhos.

Demora para dar sinal, não se ouve nada que esses aparelhos falam, invariavelmente quando os aparelhos estão em ligação desligam repentinamente sem ninguém conseguir explicar os motivos, as linhas sempre estão entrelaçadas etc. (TRIBUNA LIBERAL, Cuiabá, 15/08/1965).

As reclamações continuaram até 1966, com novos protestos relativos às taxas cobradas pela Cia. Telefônica Cuiabana, consideradas muito elevadas. As reclamações precediam principalmente pela cobrança de juros, das parcelas anuais que aumentaram em Cr\$ 30,00. Tais alterações estavam baseadas na projeção feita pela Fundação Getúlio Vargas quanto ao aumento da taxa de inflação. A *Tribuna Liberal* assim se pronunciou:

Ninguém se iluda enquanto houver aumento de impostos de derivados de petróleo que este ano já sofreu dois aumentos, tudo terá que aumentar inclusive transporte, luz, água e telefone, etc... Quem será capaz de contestar? (TRIBUNA LIBERAL, Cuiabá, 27/01/1965).

Assim sendo, a Cia. Telefônica Cuiabana concedeu a redução de algumas taxas, como a de transferência de nomes, endereços e instalação de extensão, aos assinantes.

A prática adotada pela CTC com relação ao atraso no pagamento das contas, também foi motivo de críticas. Em nota, o diretor da CTC, Sr. Alvim Penna, informava à população que:

- a) o assinante que não pagou no dia 15, data de vencimento, tem ainda mais 5 dias de tolerância;
- b) nos dias 20, os assinantes em débito terão seus aparelhos grampeados;
- c) para que o aparelho grampeado volte a funcionar, o assinante paga à telefônica, uma multa de 10%, mais a taxa de religação de Cr\$ 500. (TRIBUNA LIBERAL, Cuiabá 23/01/1966)

O governo do estado de Mato Grosso, para instalação do serviço interurbano na capital, propiciou à Teleoeste aumentar seu capital, com a garantia de cem milhões de cruzeiros. Inicialmente, o sistema adotado foi o Rádio SSB, quando as ligações foram feitas por duas linhas de Cuiabá-Campo Grande e Cuiabá-Rio de Janeiro. Com Campo Grande, a ligação se processava automaticamente com o serviço interurbano da região sul do Estado.

O valor do equipamento foi orçado em 420 milhões de cruzeiros, participando o governo estadual com cem milhões. Foram colocadas à venda ações da CTC, as quais alcançaram o valor de 100 milhões de cruzeiros, sendo que o restante do recurso foi obtido através de empréstimo do Fipeme.

Em 1966, estava, finalmente, concretizado o serviço interurbano, em Cuiabá.

Após sua instalação em Cuiabá, outras cidades foram aos poucos sendo beneficiadas. Para que isso se tornasse realidade, o Governo Estadual solicitou a Entel S/A (Engenharia de Telecomunicações) o plano diretor de Telecomunicações do Estado. O plano visava a implantação de novos troncos intermunicipais das cidades mato-grossenses que tivessem mais de 2000 habitantes, com a efetivação de serviços locais e interurbanos.

As cidades do sul do Estado conseguiram a instalação do serviço interurbano de telefones no início de 1963, Campo Grande, Corumbá e Aquidauana, por meio da Teleoeste e da Companhia Telefônica Brasileira.

Em 1964, Poxoréu iniciava a instalação do serviço telefônico semiautomático e Ponta Porã já o recebera em 1962, enquanto Rondonópolis iniciava a instalação do serviço telefônico local em 1965.

Sancionada, em 1972, a Lei 5.972 que instituía a política de exploração de serviços de telecomunicações que autorizou o poder executivo a criar as Telecomunicações Brasileiras S/A- Telebrás, o país vislumbrava uma nova era nas suas comunicações. Com a criação desta empresa, em 1973, a incorporação das empresas telefônicas a este

sistema tornou-se urgente. Neste mesmo ano, a Telebrás, como acionista majoritária da Cia. Telefônica Cuiabana realizou uma assembleia geral que deliberou sobre;

1. a reforma estatutária para a utilização do estatuto padrão de empresa subsidiária da Telebrás; 2- a mudança de sua denominação social; 3- e por último a fixação de capital de cem milhões de cruzeiros.
2. Padronizar significava dar uniformidade que refletisse a nova filosofia adotada pela Telebrás, no sentido de demonstrar unidade do sistema empresarial. Quanto ao montante de capital, objetivava a dar maior flexibilidade à administração da empresa quanto a condução de seus objetivos e metas a serem atingidas nos anos seguintes. (CIA. TELEFÔNICA CUIABANA. Assembleia Geral, 23/07/1972).

Estava, portanto, criada a Telemat.

A 26 de outubro de 1973, foi incorporada à Telemat a Cia Telefônica Corumbaense, o serviço autônomo de Rondonópolis e o serviço Telefônico de Jaciara.

Em reunião da Diretoria da Telemat, em 30 de julho de 1975, ficou decidido que o aumento de capital seria necessário para a aquisição dos acervos da Cia Telefônica Brasil-Oeste, compreendendo os serviços telefônicos de Campo Grande, Três Lagoas, Dourados e Rio Brillhante, e ainda os acervos da Cia. Telefônica Poconeana, Serviço Telefônico Municipal de Cáceres e Serviço Telefônico Municipal de Guiratinga.

A última companhia a ser incorporada pela Telemat foi a Empresa Telefônica Aquidauanense Ltda-ETAL.

Quando da divisão do estado de Mato Grosso, em 1977, nos dois Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a Telemat continuou operando.

Ao iniciar os trabalhos em 1973, a Telemat principiava uma nova fase na telefonia em Mato Grosso. Os serviços urbanos e interurbanos necessitavam de impulso, visto que, em comparação aos outros Estados brasileiros, ele se encontrava em total estagnação, sem acompanhar o

crescimento populacional da região. Somente nas áreas atendidas pela Embratel é que o serviço podia ser considerado de boa qualidade. No Estado inteiro, somente Campo Grande, Corumbá e Cuiabá possuíam serviço interurbano com nível de confiabilidade.

As outras cidades (aproximadamente 10 municípios) eram servidas por linha física em VHF, materializando o isolamento em que se encontravam.

Para sanar as dificuldades, a Telemat buscou dar prioridade a algumas áreas cujo crescimento econômico, aliado ao populacional, tinha sua demanda reprimida. Para tanto, foram criados centros interurbanos manuais, nas localidades de Cuiabá, Campo Grande, Dourados, Rondonópolis e Três Lagoas. O sistema usado foi o VHS e UHF, o que permitiu atendimento a outras tantas localidades. Foram feitos vários melhoramentos, como a Duplicação de Capacidade do Sistema de Rádio em UHF, o qual passou, de 60, para 120 canais, utilização da energia eólica e solar, o DDD, a ampliação de Postos de Serviço e o controle do abastecimento de água através das linhas telefônicas.

A companhia responsável pela prestação de serviços à Telemat utilizava dois sistemas de operações telefônicas: serviço local e serviço interurbano. O sistema local urbano contava com cinquenta e uma centrais de comutação telefônica automáticas, instaladas em quarenta e oito localidades de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, num total de 100.775 terminais telefônicos.

No início dos anos de 1980, a cidade de Campo Grande possuía duas estações telefônicas já instaladas e uma terceira em fase de instalação. Em Cuiabá, duas estações, uma no Coxipó da Ponte e outra em Várzea Grande. Em 1985, a rede instalada da Telemat alçava  $356.152 \times 10^3$  (por Km). O sistema interurbano compunha-se de dois subsistemas de Comutação Interurbano e de Transmissão Interurbano.

Os dois estados contavam, à época, com o atendimento de serviço telefônico da Telemat em 186 localidades, operando com sistema que ia desde o rádio VHF até as estações de satélites.



Durante o ano de 1983, foram criadas Centrais Telefônicas em áreas que, anteriormente, eram atendidas por Postos de serviços, tais como Pontes e Lacerda, Nobres, Nortelândia, Arenápolis e Bonito.

As áreas territoriais nas quais a Telemat atuou perfazia um total de 1.231.549 Km<sup>2</sup>, atingindo dois Estados da Federação. Esta situação além de lhe dar certa peculiaridade, concedia a responsabilidade de atender uma área muito extensa. Muitas vezes, um simples telefonema a serviço dentro da própria Telemat atingia 1.631 km, como, por exemplo, uma ligação interurbana entre Alta Floresta, em plena região Amazônica, e Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul. No período, isso representava um avanço tecnológico considerável e inimaginável a bem poucos anos anteriores.

A Telefonia Móvel chegou ao Brasil nos idos de 1990, conforme dados fornecidos pela Anatel, assim, o número de aparelhos celulares em solo brasileiro passou, de 667, em 1990, para 47.865.593, em 2004. Já em 2003, o número de usuários da telefonia fixa era ultrapassado pela telefonia móvel. Lembramos que somente em 1945 a companhia americana Bell iniciou um programa experimental voltado para a telefonia móvel, na faixa de 150 Mhz. Em 1947, foi inaugurado o primeiro sistema móvel, restrito à faixa da rodovia New York/Boston. A Cia Motorola, em 1973, conseguiu adaptar essa tecnologia a um dispositivo móvel de comunicação para uso particular, testando o sistema em 200 pessoas que residiam na cidade de Detroit. No entanto, somente em 1984 o uso comercial da telefonia móvel seria efetivado nos Estados Unidos, com a comercialização do celular o DynaTAC 8000X, da Motorola.

Convém lembrar, que nesse mesmo período em Mato Grosso mal se instalara o sistema de telefonia interurbana.

## Considerações Finais

O Brasil foi o segundo país do mundo a ter telefone, ligando a residência imperial às dos ministros de D. Pedro II, no final do século XIX.

Até chegar a Cuiabá o telefone no século XX ainda despertava estranhamento e curiosidade.

O intuito com este artigo foi demonstrar como a sociedade mato-grossense se comportava diante das propostas de modernidade propagadas pelo planeta. Daí buscar a relação entre o cotidiano e a linguagem para dar sentido ao desenvolvimento da reprodução das relações sociais advindas do processo de comunicação. Assim, foi possível lembrar a contribuição de como uma linguagem diferente e inovadora para o período, transformou a sociedade local. Mais ainda. Compreender de que modo esta inovação modificou comportamentos sociais e integrou os locais mais distantes em tempo real, inserindo a cidade em um círculo de comunicação capaz de livrá-la do isolamento presente, permitindo a circulação de informações importantes.

Com o advento da tecnologia, o telefone celular possibilitou a realização de novos contatos, inclusive com locais mais distantes, e, o ato da conversa pôde ser realizado *pela pessoa em deslocamento*. As tecnologias de comunicação aumentaram a disposição dos homens de falar, ouvir e ver, aproximando as pessoas que devido as distâncias geográficas nunca poderiam se conhecer. E aquelas que se conheciam possuem novos canais de comunicação reforçando os laços já existentes em uma dada cultura.

Creio que as telecomunicações foram responsáveis por alterar o comportamento social, criando novos sentidos e novas formas de nos organizarmos na sociedade.

Referendando as palavras McLuhan:

Aqueles que experimentam primeiro o impacto de uma nova tecnologia, seja o alfabeto ou o rádio, são os que reagem mais profundamente. Com efeito, as novas posições relativas entre os sentidos, que imediatamente se estabelecem com a ampliação tecnológica da visão ou da audição oferecem ao homem um surpreendente mundo novo, que evoca uma nova e vigorosa “clausura”, ou seja, um novo modelo de interação entre todos os sentidos conju-

gados. O choque inicial, entretanto, gradativamente se vai dissipando, à medida que a comunidade inteira absorve o novo hábito de percepção em todas as suas áreas de trabalho e associação. A verdadeira revolução, contudo, somente se efetiva nessa fase posterior e prolongada de “ajustamento” de toda a vida social e pessoal ao novo modelo de percepção estabelecido pela nova tecnologia. (MCLUHAN, Marshall, 1972, p. 46).

## Referências

### Documentos Oficiais

RELATÓRIO apresentado à Câmara Municipal de Cuiabá, em 5 de novembro de 1919, pelo coronel Alexandre Magno Addor. Arquivo Público de Mato Grosso.

RELATÓRIO de 1900 a 1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do estado de Mato Grosso, pelo major Cândido Mariano da Silva Rondon, publicado pela Imprensa Nacional no Rio de Janeiro, 1969/1970.

RELATÓRIO apresentado à Câmara Municipal da Capital em sua sessão ordinária de 8 de novembro de 1924, pelo Coronel Antônio Manuel Moreira. Arquivo Público de Mato Grosso.

RELATÓRIO Apresentado à Câmara Municipal da Capital em sua sessão ordinária de novembro de 1917, pelo tenente coronel José Antônio de Souza Albuquerque. Arquivo Público de Mato Grosso.

RELATÓRIO apresentado à Câmara Municipal em Cuiabá, 6 de novembro de 1926, pelo Coronel Antônio Manuel Pereira. Arquivo Público de Mato Grosso.

RELATÓRIO apresentado à Câmara Municipal em Cuiabá pelo engenheiro Fenelon Müller, em sessão de 11 de janeiro de 1929. Arquivo Público de Mato Grosso.

RELATÓRIO apresentado ao Intendente Federal pelo engenheiro João Ponce de Arruda, prefeito da Capital, em 14 de abril de 1935. Arquivo Público de Mato Grosso.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, Campo Grande, 1942

MELLO E CIA. Almanach Commercial Matto–Grossense de 1916. São Paulo.

CIA. TELEFÔNICA CUIABANA. Assembleia Geral, 23/07/1972).

CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ. Resolução nº 249, de 31 de dezembro de 1925. ZAPPA, Caetano. OFÍCIO PARA O INTENDENTE MUNICIPAL, Cuiabá, 30/10/1926).

### Jornais e Revista

A CAPITAL, Cuiabá, 23/12/1924; 12/01/1925; 1/03/1925; 26/12/1926

A NOTICÍA, Três Lagoas, N. 100, 1925; 23/04/ 1925

A REAÇÃO. Cuiabá, 04/01/1914; 18/10/1914; 20/9/1928

A TRIBUNA LIBERAL. Cuiabá, 06/7/1964; 29/11/1964; 11/7/1965; 27/1/1965, 23/01/1966

CORREIO DO SUL, Campo Grande, 18/2/1918, n.186, 13/03/1920

GAZETA OFICIAL em 4 de março, 1909.

JORNAL DO O COMÉRCIO, Campo Grande, 9/06/1928; 14/07/1929.

O COMMERCIO, Corumbá, 04/07/1911).

O COMMERCIO. Cuiabá, 04/08/1910; 18/08/1910; 19/01/1911; 04/07/1911

O CORREIO DO ESTADO. Cuiabá, 31/12/1924, 18/4/1924

O DEBATE, Cuiabá, 20 /01/1912; 26/9/1912.

O JORNAL. Cuiabá, 06/06/1922; 03/08/1922

O PROGRESSO, Ponta Porã, 10/07/1927.

O REPUBLICANO, 12 /9/1925.

REVISTA BRASIL OESTE. São Paulo, jan 1956, maio 1956; set 1957; junho 1960; fev 1961; mar 1959; agosto 1962.

REVISTA BRASIL-OESTE, São Paulo; nov/dez, 1960; n. 10/1957;

TRIBUNA LIBERAL. Cuiabá, 29/11/1964, 15/08/1965; 27/01/1965; 23/01/1966

## Bibliografia

- ABREU, Leonardo Alves de. *Impacto de telefonia móvel no Brasil*.
- [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310214\\_05\\_cap\\_02.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310214_05_cap_02.pdf). Acesso em 13/6/2016
- AYALA E F. SIMON; S. CARDOSO. *Album Graphico do Estado de Mato-Grosso*. Hamburgo: janeiro de 1914.
- ALEIXO, Lucia Helena Gaeta; CASTRO, Inês. *Memória histórica da indústria de Mato Grosso*. Cuiabá: IEL/UFMT, 1987.
- BARROS, João Moreira de. *Cuiabá e seu Passado*. São Paulo: Resenha Tributárias. 1982.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, s/d.
- BENJAMIM, W.O. O teatro épico. In: Flavio R. Kouthe (Org.). *Walter Benjamim*. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- DROULERS, M. *L'Amazonie*, Paris, Nathan, 1995.
- FREITAS, Maria Auxiliadora de. *Cuiabá: Imagem da cidade dos primeiros registros à década de 1960*. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.
- LOPES, Gonçalo Alexandre. *História da telefonia móvel*, <http://www.gta.ufrj.br/grad/goncalo/historia.htm> acesso em 14/6/2016.
- MARTINS, Demosthenes. *Marechal Rondon*. São Paulo: Brasil Oeste, 1963.
- MCLUHAN, Marshall. *A Galáxia de Gutenberg; a formação do homem tipográfico*; tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo, Editora Nacional, Editora da USP, 1972.
- MENDONÇA, Rubens de. *História do Comércio de Mato Grosso*. Goiânia: Rio Bonito, 1973.
- RONDON, Cândido Mariano. *Conferências*. Rio de Janeiro: SNPI, 1920.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da*

ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.  
WANIEZ P. *Les Cerrados, un espace-frontière” brésilien*.  
Montpellier: GIP-RECLUS, ORSTOM, 1992. (Coll. Territoi-  
res).

*Similares*